

A Questão da Diferença: um estudo com imigrantes japoneses e seus descendentes

Patrícia Helena Britisqui Yabiku
Leila Maria Ferreira Salles

Resumo

Os objetivos deste estudo são: investigar a percepção que estudantes universitários descendentes de imigrantes japoneses têm a seu próprio respeito; identificar as imagens que estudantes universitários brasileiros, cujos ascendentes não são japoneses, têm sobre os descendentes de japoneses, comparar estas representações as que os estudantes japoneses acreditam que descendentes de outras etnias tenham a seu respeito. Para tanto, realizamos entrevistas semi-estruturadas com estudantes universitários descendentes de japoneses e foi aplicada uma escala tipo Likert de 5 pontos em estudantes universitários não descendentes de japoneses. Os dados analisados não permitem concluir sobre a existência de preconceitos em relação aos descendentes de japoneses, mas evidencia que os japoneses e seus descendentes são percebidos como diferentes pelos próprios descendentes de japoneses e por seus colegas, o que aponta para a importância do aprofundamento da discussão da formação identitária dos imigrantes e seus descendentes na sociedade brasileira.

Palavras-chave: discriminação; preconceitos; imigrantes japoneses

The Question of the Difference: a study with the descendants of Japanese immigrants in Brazil

Abstract

The main objectives of this work are: to understand the perceptions that undergraduate students, descendants of Japanese immigrants, have on themselves; to identify the images that Brazilian undergraduate students whose ascendants are not Japanese have on the Japanese descendants; to compare these images to the expected images the Japanese students have on others' perceptions about them. In such a way we conducted half-structuralized interviews with the Japanese descendants and applied a Likert type scale of 5 points questionnaire to the non Japanese group. The analyzed data don't allowed to conclude on the existence of preconceptions in relation to the Japanese descendants, but it shows the Japanese and their descendants are perceived as different by the own Japanese descendants and their friends, which points to the importance of deepening the discussion about the identity formation of the immigrants and their descendants in Brazilian society.

Keywords: discrimination; preconceptions; Japanese immigrants.

1 Introdução

Existem vários estudos sobre preconceito e estigma sobre raças, principalmente sobre negros. Afinal a discussão das relações étnicas é uma questão antiga, complexa e acima de tudo polêmica. No entanto, são praticamente inexistentes estudos sobre essa temática em relação aos japoneses. Muitas vezes, a imagem do japonês está associada a contextos e atributos positivos, mas uma indagação que se coloca é se tal fato não mascara um preconceito.

A partir deste questionamento, este estudo teve por objetivo: caracterizar a imagem que os descendentes de imigrantes japoneses que vivem no Brasil têm a seu próprio respeito; verificar a representação que eles constroem sobre como são percebidos por brasileiros descendentes de outras etnias; e identificar a percepção de brasileiros de outras etnias sobre o japonês.

Para tanto, realizamos entrevistas semi-estruturadas com seis estudantes universitários descendentes de japoneses. As questões feitas aos entrevistados estão organizadas em torno de três eixos. O primeiro tem como objetivo identificar a percepção dos entrevistados a respeito de como os japoneses e seus descendentes são vistos no Brasil. O segundo indaga aos entrevistados sobre como se sentem enquanto descendentes de japoneses. O terceiro eixo procura identificar se os entrevistados já sentiram que foram, alguma vez, tratados de forma diferente por serem descendentes de japoneses.

Em seguida, para identificar a imagem que estudantes universitários de diferentes etnias têm sobre os japoneses e seus descendentes foi elaborada e aplicada uma escala tipo Likert de 5 pontos¹. Nessa escala os indivíduos que respondem ao questionário são solicitados não só a concordarem ou discordarem das afirmações, mas também a informarem com que intensidade concordam ou discordam dessas afirmações.

As afirmações que constaram no questionário foram elaboradas a partir do senso comum, isto é de frases corriqueiras que se ouve no dia a dia sobre os japoneses, de um artigo publicado em uma revista² e da rede de relacionamentos

¹ Para a realização dessa parte do trabalho contamos com a orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Simões Pião do Departamento de Estatística, Matemática Aplicada e Computação da do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP Campus Rio Claro.

² Reportagem intitulada Polêmica na TV. Este artigo discute um comercial de tv que utiliza a imagem de um japonês caricato e que segundo a revista provocou indignação da comunidade nipo-brasileira. O japonês no comercial é um sujeito desengonçado e com forte sotaque. ABIKO, A. Jr. Made In Japan. São Paulo: ano 8, n.91, p.54 -55, 10 abr.2005.

denominada ORKUT disponível através da Internet. Após a realização de um estudo piloto com 18 estudantes universitários o questionário final ficou composto por 32 questões. Este questionário foi então aplicado a 108 alunos e alunas que freqüentam os diferentes cursos de graduação oferecidos pelo Instituto de Biociências da UNESP, Campus de Rio Claro.

2 Alguns apontamentos sobre a imigração japonesa no Brasil

2.1 A primeira fase da imigração japonesa: esperanças de um breve retorno

As primeiras imigrações japonesas para o Brasil datam dos meados da década de 1880. Segundo Ennes (2001) a primeira visita de um representante do governo japonês ao Brasil em 1884 foi o marco inicial da imigração japonesa para o Brasil.

Essas imigrações se inserem, por um lado, no âmbito da política de emigração adotada pelo governo japonês na época de buscar aliviar a tensão social provocada pelo alto índice demográfico no país. E, por outro, na do governo brasileiro de receber imigrantes com o propósito de resolver o problema da falta de mão de obra nas fazendas de café.

O primeiro tratado comercial marítimo entre o Brasil e o Japão estabeleceu-se em 1885. Em 05 de novembro de 1895, segundo Ninomiya (1995/1996) foi celebrado em Paris o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão. Em 1897, conforme Ennes (2001) é estabelecido o contrato entre a Companhia de Imigração Toyo do Japão e a empresa Prado&Jordão que foi, no entanto, rompido pela empresa brasileira inviabilizando o ingresso dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil. É somente depois de aproximadamente sete anos que se voltou a cogitar no Japão sobre o envio de imigrantes japoneses para o Brasil. Com esse objetivo parte, no dia 28/04/1908 do Porto de Kobe com destino ao Brasil, o navio chamado Kasato Maru.

Porém, segundo Ennes (2001), a imigração japonesa para o Brasil desencadeou uma grande polêmica. Nessa época, a discussão sobre o “caráter” da raça brasileira predominava entre os políticos provocando muitas dúvidas sobre os efeitos que a imigração japonesa poderia causar a índole. Para Ennes (2001) esta era uma fase marcada teoricamente pelo positivismo, o qual favorece o desenvolvimento das Ciências Naturais produzindo para tanto diversas teorias. Dentre essas teorias uma que identificava os tipos psicológicos às raças.

Entretanto o incentivo à imigração proveniente da Ásia permanecia dado a necessidade de mão de obra para substituir o trabalho escravo nas fazendas de

café (HANDA, 1987). A imigração italiana havia sido suspensa em 1902 pelo governo deste país que justificou tal decisão pela alegação de que os italianos sofriam maus-tratos nas mãos dos cafeicultores brasileiros (KAWAMURA, 2003). Assim, conforme Kawamura (2003, p. 77) o incentivo a mão de obra asiática persistia apesar do “preconceito e do interesse pelo branqueamento da população brasileira que norteava a política brasileira de então”.

Chegando ao Brasil os imigrantes japoneses eram distribuídos nas fazendas de café onde passaram por imensas dificuldades de adaptação. Por exemplo, com relação à alimentação e a moradia, pois estranhavam a comida e as casas nas fazendas de café nada tinham em comum com as que eles moravam no Japão. Os imigrantes japoneses, segundo Ferreira (1997) foram tidos ao mesmo tempo como os melhores trabalhadores dentre os que se podia importar e também como os mais inassimiláveis de todos os estrangeiros.

Mas as dificuldades não foram apenas essas. Os imigrantes se frustraram ao se depararem com lavouras de café decadentes e outras na entressafra o que arruinava as suas expectativas de ganhar dinheiro fácil. A grande maioria dos imigrantes japoneses dessa época vinha para o Brasil com a intenção de acumular algum capital e retornar ao Japão em uma posição social melhor. Esses imigrantes conhecidos como *dekassekis* entendiam a sua permanência no Brasil como temporária. Porém o sonho de retorno rápido ao Japão se tornava cada vez mais distante. A avaliação dessa “primeira leva” de imigrantes, segundo Ennes (2001), é de fracasso.

Começa então, o que foi caracterizado como a segunda fase da imigração japonesa ao Brasil. Os imigrantes foram obrigados a reavaliar seus projetos iniciais e a adotar uma postura de permanência provisória, porém, de longa duração.

2.2 A segunda fase da imigração japonesa: a decisão de permanecer no Brasil

Quando os imigrantes, segundo Ennes (2001), se viram obrigados a reavaliar seu plano de retorno rápido ao Japão, passaram a almejar um trabalho autônomo deixando de serem colonos nas fazendas de café. Para eles esse trabalho autônomo, em um primeiro momento, seria conquistado com a aquisição de terras. É nesse momento, conforme Handa (1987), que os japoneses começam a construir os núcleos de colonização onde se dedicam à agricultura. Para Ennes (2001), chegar à condição de proprietários exigiu um grande esforço

por parte dos imigrantes. Para que eles alcançassem determinada estabilidade econômica alguns atributos se tornaram fundamentais como o esforço, a paciência, a ponderação e a perseverança e a colocação em segundo plano da alimentação e moradia.

Em 1933, metade dos imigrantes que entravam no Brasil era proveniente do Japão (LESSER, 2001). A Constituição de 1934, no entanto, começa a criar limites para a imigração. Segundo Handa (1987) desde o início, o governo de Getúlio Vargas demonstrava ter tendências ditatoriais em relação aos imigrantes e seus descendentes determinando medidas drásticas de nacionalização. A Lei de Imigração, por exemplo, (Lei nº 3, art. 10) proibia, pelo artigo 10, o ensino de língua estrangeira. Em consequência as escolas japonesas das colônias foram fechadas.

Discutia-se nessa época o “problema de imigração”, tendo em vista a criação de uma identidade nacional uniforme. Segundo Morais (2000, p. 31), o surgimento de uma colônia tão numerosa quanto a japonesa e o fato dela ter se formado em poucas décadas “desenterrou ódios nacionalistas de caráter abertamente racista”. No mesmo sentido, Handa (1987) afirma que os japoneses sofriram fortemente o impacto da nacionalização do governo brasileiro. Para Handa (1987) a grande maioria dos imigrantes japoneses, pela grande diferença existente entre os modos de vida e costumes, não conseguia se adaptar à sociedade brasileira. A exigência de nacionalização para esses últimos fortalece ainda mais o amor pelo Japão e o desejo de retornar ao Japão. Dada esta política nacionalista, segundo Handa (1987), em 1938, ingressaram no Brasil pouco mais de 2500 imigrantes japoneses, em 1939 em torno de 1300 e em 1942 praticamente nenhum.

Neste contexto do projeto nacionalista de Vargas surge a Shindo Remei. Essa organização, segundo Morais (2000), não acreditava na derrota do Japão na 2ª Guerra Mundial. Eles afirmavam que as notícias sobre a derrota japonesa eram propagandas dos Aliados. A colônia japonesa então se divide entre os que acreditavam na derrota do Japão, os chamados *makegumis* ou derrotistas, ou ainda os apelidados de “Corações Sujos” e os que acreditavam na vitória japonesa, os *Kachigumi* ou os vitoristas da Shindo Remei que, segundo Morais, eram apoiados por 80% da colônia japonesa. A Shindo Remei ou “Liga do Caminho dos Súditos”, acusava os derrotistas de traição à pátria por acreditarem na derrota do Japão. Segundo Morais (2000), de janeiro de 1946 a fevereiro de 1947, os mata-dores da Shindo Remei, chamados de *tokkotai* percorreram o Estado de São

Paulo, provocando a morte de 23 imigrantes e ferindo 150.

Isto tudo vem agravar a situação vivida pelos imigrantes japoneses e seus descendentes na época. Os imigrantes foram proibidos entre outras restrições, de falar em público, visto que era proibido falar em japonês e a grande maioria não sabia falar outra língua e tiveram que pôr fim a atividades sociais e esportivas, que antes eram motivo para reunir as famílias (MORAIS, 2000).

Depois de encerrado esse período de tumultos ocorrido logo após a 2^o Guerra Mundial e dos imigrantes terem deixado de lado o sonho de voltarem ao Japão aceitando que a sua permanência no Brasil era definitiva, foi que os asiáticos, que até então eram considerados inadaptáveis ao Brasil, tiveram reconhecidas as suas condições como autênticos brasileiros (HANDA, 1987).

3 A imagem do imigrante japonês

Os movimentos migratórios japoneses, com suas características próprias e a forma de integração dessa etnia com a população brasileira, acaba construindo entre os brasileiros uma imagem acerca dos japoneses marcada ora por uma valorização deste imigrante e ora por um caráter discriminatório em relação a eles. Por exemplo, em um artigo publicado no Correio Paulistano em 1908 por Amândio Sobral, inspetor da Secretaria da Agricultura na época, está dito que o espírito próprio do japonês “o tornava admirável e singular entre os imigrantes” (ENNES, 2001, p.52).

Porém, coexistindo com essa imagem, há também uma certa desvalorização e mesmo preconceitos em relação ao imigrante japonês. Kawamura (2001) afirma que o decreto que regulamentava o Serviço de Introdução e Localização de Imigrantes já indicava um caráter discriminatório do próprio Estado com relação aos japoneses. Pelo decreto, um dos critérios para a admissão de imigrantes no Brasil era levar em conta o “preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional” (VAINER, 1995 apud KAWAMURA, 2001, p.77). Neste mesmo sentido, Ennes (2001, p.51) afirma que existia em torno do imigrante asiático um preconceito que o designava como inferior, como pode ser verificado na afirmação da Comissão de Elaboração da História dos 80 Anos da Imigração Japonesa. Neste texto se lê: “se a escória da Europa não nos convém, menos nos convirá a da China e do Japão: a introdução de um elemento étnico inferior é sempre um perigo”.

Há nessas falas, ainda, certa confusão entre as diferentes etnias asiáti-

cas que acabam aqui no Brasil se igualando. Segundo Lesser (2001) os milhares de imigrantes chineses e coreanos ao virem para o Brasil ficavam pasmos ao perceberem que aqui eles eram transformados em “japoneses”. Até hoje, termos como árabe, turco e japonês continuam sendo aplicado a descendentes “não-europeus”. Fato que é mais visível para os *nikkeis* (filhos de japoneses) dada a sua fisionomia.

Também, por parte dos fazendeiros que receberam os imigrantes japoneses, conforme Lesser (2001), houve uma decepção com esses imigrantes com o passar do tempo, pois aqueles esperavam que eles fossem quietos e trabalhadores descobriram que as terríveis condições existentes eram tão inaceitáveis para os japoneses como o eram para os demais imigrantes.

Para Lesser (2001) as preocupações oficiais quanto à imigração japonesa motivaram uma ampla discussão pública a esse respeito nas diversas esferas da sociedade. Essas preocupações estavam relacionadas ao significado que a presença japonesa poderia representar para o futuro do Brasil. Aqueles que eram contrários à presença japonesa viam o Brasil como um país europeu e católico de forma que a inserção dos japoneses significava um desvio nessa rota podendo, até mesmo, criar uma raça cada vez mais doentia. O “perigo amarelo” impediria o Brasil de se tornar uma grande potência. Inclusive “todas as decisões acerca da imigração japonesa vinham repletas de termos retirados da linguagem da eugenia” (LESSER, 2001, p. 213). Em contraponto, os que eram favoráveis à imigração japonesa afirmavam que ela iria melhorar o homem brasileiro em épocas futuras. Para cada pessoa contrária à entrada de japoneses havia uma a favor.

Conforme Lesser (2001), até meados da década de 30, argumentos de caráter nacionalistas, como os imigrantes estão roubando as terras e os empregos dos brasileiros e/ou racista, a crença os japoneses pudessem “poluir” a raça brasileira, eram empregados para se opor à imigração japonesa no Brasil. Enquanto que as pessoas favoráveis enfocavam a questão dos bons níveis da produção agrícola e a necessidade de mão de obra ampla e dócil propiciada pelos japoneses.

Para Handa (1987), a limitação à imigração japonesa era fruto da dificuldade de adaptação dos japoneses que se somava às discriminações e preconceitos de ordem racial. O autor acredita que a discriminação racial que os japoneses vinham sofrendo provinha de um sentimento de superioridade da “raça branca” que na realidade provinha de sentimento de insegurança deles frente ao estrangeiro, ao japonês, que trazia consigo uma bagagem cultural muito diferente.

Isto pode ser verificado, por exemplo, na postura do imigrante japonês perante a vida e o trabalho, conhecida como *gambarê*:

Pode-se traduzir o *gambarê* como esforço com resignação, ou seja, a força para seguir adiante mesmo diante da dificuldade. A resignação diante da realidade, aliada à força de vencer, marca profundamente a permanência dos imigrantes japoneses e seus descendentes (SAKURAI 1992, In: ENNES, 2001, p. 52).

Uma outra característica enfatizada na literatura a respeito da imigração japonesa diz respeito à postura dos japoneses em relação à instrução de seus filhos. Segundo Miyao (1980, p.91) os imigrantes japoneses assumem aqui a mesma postura dos que ficaram no Japão de que a instrução é “a coisa mais importante da vida, sobrepondo-se a qualquer outra opção” A primeira geração de japoneses não mede, então, esforços para proporcionar instrução a seus filhos.

Talvez esse esforço tenha contribuído para reforçar a imagem que se difundiu no Brasil, a partir dos anos 60 e chegou ao senso comum, que associa aos alunos descendentes de japoneses as características de inteligente, bom aluno, bem comportado as disciplinas da área de exatas e biológicas. Isto nos remete a uma anedota corrente que para conseguir uma vaga na universidade é preciso primeiro matar um japonês. Entretanto, segundo Kawamura (2003) um dos motivos para o sucesso escolar de alunos japoneses nessas disciplinas é que a exigência de fluência na língua portuguesa é menor nessas áreas o que se soma a valorização pelas famílias japonesas de profissões como médico e engenheiro.

Se por um lado, como diz Watanabe (KAWAMURA, 2003, p. 81), o ritmo da integração social e cultural foi mais lento para o imigrante japonês do que para os outros imigrantes, essa integração parece ter ocorrido a tal ponto que hoje são os filhos dos imigrantes japoneses nascidos no Brasil que são percebidos como estrangeiros quando retornam ao Japão.

Conforme Sugimoto (2002) em meados da década de 80 iniciou-se o caminho inverso, ou seja, os descendentes de japoneses começaram a ir para o Japão em busca de melhores condições de vida. Mas esse retorno parece ser problemático, pois os *nikkeis*, “de olhos rasgados, pele amarela e mesmo sangue, mas nascidos fora do Japão” são no Japão discriminados como estrangeiros, pois “parece, mas não é” (SASSAKI, Jornal da Unicamp, 2002, p.11).

Nas entrevistas realizadas com alguns trabalhadores brasileiros no Japão, são comuns relatos que no Brasil se sentiam japoneses e no Japão se

sentem brasileiros. A convivência com o diferente, que remete a discussão sobre a questão dos estigmas e preconceitos em uma sociedade, passa a ser, então, uma questão que permeia este estudo.

4 Estigmas e preconceitos na sociedade

A discussão sobre a normalidade e a diferença traz em seu âmbito uma reflexão a respeito das normas sociais que estabelecem semelhanças e diferenças em uma dada sociedade. O meio social em todas as épocas identificou indivíduos que diferem da maior parte dos membros desse mesmo meio pelo fato de possuírem alguma característica não encontrada na maioria (BUENO, 2001). Rego (1998) diz que é praticamente impossível negar as diferenças individuais existentes entre os sujeitos de uma mesma cultura. No entanto essas diferenças podem se tornar preconceitos.

Para França (1998) é no processo constante de comparações tendo como base a norma que é possível distinguir um indivíduo do outro e é, por esse mesmo processo, que se define o significado de desvio, entendendo-se por desvio aquilo que é diferente da norma. Conforme Memmi (1993) existe certo desconcerto face ao diferente. O estranho pode ser sentido como um fator de perturbação e muitas vezes ser visto como um perigo e que deve ser eliminado. Para o autor temos medo do que não compreendemos, do desconhecido e, portanto, das próprias diferenças.

Itani (1998), no mesmo sentido, afirma que as diferenças existem e não podem ser negadas de forma que o importante é construir uma atitude para com o outro, aquele que nos parece diferente, que não leve a intolerância. Para Sobel (2000) muitos dos conflitos vividos nos dias de hoje são frutos dessa intolerância com relação ao outro que é percebido como diferente de nós. Lesser (2001, p. 19) afirma que no Brasil, o sentido popularmente dado à palavra diferente descreve algo “que se equilibra na linha divisória entre o aceitável e o inaceitável”. É nessa relação com o outro, com o diferente, que muitas vezes surgem sentimentos de racismo, discriminação e preconceito.

Conforme Sung e Silva (2000) nós vemos a realidade segundo a nossa própria cultura. Essa cultura é assimilada pelos diferentes grupos sociais e pelos indivíduos que passam a enxergá-la como a realidade. Ao apropriarmos-nos de uma cultura introjetamos a convicção que o modo como interpretamos o mundo é o único possível. Os indivíduos que não compartilham as normas e valores desta cultura passam a serem considerados estranhos ou diferentes. Assim, segundo

os autores, o diferente com sua simples presença nega a validade da cultura vigente, perturba e ameaça a estabilidade do *status quo* e estão sujeitos a preconceitos.

Carneiro (1988, p.19) afirma que geralmente o grupo que discrimina “atribui ao grupo minoritário certas opiniões inexatas, ridicularizando-o pelo seu aspecto físico e cultural”. Segundo a autora, ao se aplicar certas características individuais a todo um grupo aleatoriamente criam-se os estereótipos os quais podem contribuir para o isolamento de determinados grupos sociais e levar a uma crença na sua inferioridade. Esses estereótipos acabam por justificar a exploração econômica, política ou ideológica destes grupos pelas diferenças, sejam elas de caráter social e/ou físicas. O preconceito faz com que as pessoas sejam julgadas não pelo que elas realmente são, mas sim, em função de idéias muitas vezes deturpadas.

Eysenck (1978) afirma que todos nós temos imagens mentais de certos grupos de pessoas e isso nos leva a atribuir a esses grupos certas características. De forma que dificilmente encontramos em nossa sociedade grupos que não tenham características estereotipadas. Esses estereótipos tendem a ser favoráveis ou desfavoráveis conforme a valorização social atribuída a esse grupo.

Ao discutir a questão dos estigmas e preconceitos sociais Goffman (1988) afirma que a sociedade divide os indivíduos em categorias e estabelece atributos que os membros dessas categorias devem apresentar. Segundo o autor, quando alguém nos é apresentado atribuímos a ele certos atributos que correspondem ao grupo social a que pertence. Mesmo que esses atributos não correspondam à realidade daquele indivíduo em particular nossas pré-concepções são transformadas em expectativas normativas isto é em exigências que são apresentadas aos indivíduos de modo rigoroso. As pré-concepções quando depreciativas permitem desconsiderar o indivíduo como “criatura comum e total, reduzindo-os a uma pessoa estragada e diminuída” (GOFFMAN, 1988, p.12). Quando os atributos que o indivíduo possui são diferentes dos socialmente desejáveis, ele torna-se estigmatizado.

Os preconceitos e estigmas construídos socialmente acabam muitas vezes fundamentando o racismo e posturas racistas assumidas por um grupo social e/ou indivíduos em relação ao outro. O racismo, segundo Carneiro (1988), é do ponto de vista comportamental identificado através do preconceito e da discriminação que se baseiam em teorias que têm como característica fundamental acreditar na existência de uma raça superior e outra inferior mesmo que balizadas em falsos argumentos científicos. Para Memmi (1993) o racismo só começa quando

as diferenças entre os indivíduos começam a ser interpretadas negativamente.

As diferenças começam a ser realçadas e algumas delas valorizadas enquanto que outras são desvalorizadas. As valorizadas são então utilizadas em proveito próprio e em detrimento do outro. Assim, só constatar diferenças não pode ser considerado racismo. Só podemos chamar de racismo o uso dessa diferença contra o outro a fim de tirar proveito dessa estigmatização e excluí-lo. Ou seja, não é tanto a diferença que é importante, mas a significação que damos a ela, como diz Memmi (1993, p.121) “não é a diferença que suscita sempre o racismo, é o racismo que utiliza a diferença”.

Para Werneck (1989) o racismo pode ser considerado uma ideologia que tem por função justificar e manter determinadas situações, ou seja, a de justificar as funções que cada homem e cada grupo social ocupam dentro da sociedade, ajudando-os a aceitarem essa posição e essa condição de existência. Segundo Guimarães (1999) o racismo é uma maneira de explicar diferenças pessoais, culturais e sociais a partir de diferenças que passam a serem consideradas como naturais.

Segundo Jones (1973) o racismo acentua os atributos positivos de um grupo dominante em detrimento a outro, podendo ser de ordem individual, institucional e cultural. O racismo individual é o que mais se aproxima do preconceito racial. O racismo institucional é o caracterizado pela manipulação consciente de instituições a fim de manter uma vantagem com relação a outros grupos e o racismo cultural pode ser definido como a crença na superioridade da herança cultural de uma raça com relação à outra.

Bourdieu (1998) embora não fale em racismo cultural faz uma distinção entre as formas que a escola se posiciona frente à cultura de cada aluno. A cultura dominante na instituição escolar é mais próxima da cultura das classes mais favorecidas o que faz com que esse estrato social tenha mais facilidade e familiaridade com essa instituição se saindo melhor na escola. Para Bourdieu (1998) essa problemática da herança cultural é um forte mecanismo de eliminação das classes menos favorecidas das instituições escolares. Aqui podemos fazer uma relação com o que afirmou Jones (1973) sobre o racismo cultural, onde a cultura de uma raça, nesse caso de um grupo social, tende a ser ignorada.

Quando um determinado grupo acredita ser superior a outro, inexistente o respeito mútuo. Sobel (2000) enfatiza a necessidade de cultivar o respeito mútuo e aprender que outros credos e outras raças são igualmente válidas e que nenhuma é superior à outra. Segundo Sobel (2000, p 88):

A raiz mais primitiva do preconceito e do racismo está na concorrência, pois quando a luta pela vida se torna mais dura e difícil, o outro, o diferente, o imigrante, aquele que professa uma religião diferente ou tem a cor da pele diferente passa subitamente a ser visto como o predador, o ladrão, aquele que invade seu solo e rouba seu emprego.

A partir dessas considerações e reflexões é que se constituíram objetivos deste estudo, como dito anteriormente, verificar a imagem que os japoneses que vivem no Brasil e seus descendentes tem de si mesmos e como eles são vistos por brasileiros descendentes de outras etnias.

5 Os depoimentos coletados

5.1 A percepção do japonês pelos estudantes universitários descendentes de japoneses

As falas dos japoneses entrevistados a respeito do que é ser japonês e como este são vistos são contraditórias. Alguns entrevistados parecem demonstrar muito orgulho por serem descendentes de japoneses enquanto que outros dizem se sentir “estrangeiro” no Brasil. Eles também parecem diferir sobre o quanto se sentem ou não integrados a cultura brasileira:

Me sinto com um pé em cada país, não sou brasileiro, pois aqui me acham japonês e não sou japonês. No Japão me vêem como brasileiro.

De modo geral, eu acredito que os japoneses e descendentes são vistos com muito respeito, que tem sido conquistado com muito esforço e trabalho desde que os primeiros japoneses chegaram ao Brasil.

As características físicas do japonês são lembradas pelos entrevistados como um fator que demarca as diferenças entre eles e os demais brasileiros e, mais uma vez, suas falas parecem ser contraditórias:

Acho que por carregar evidências físicas de uma cultura, há um tratamento superficialmente diferente, mesmo que inconsciente. As evidências físicas carregam alguns preconceitos. Apesar desse tratamento minimamente diferente, não acredito que haja algo de negativo.

Alguns estudantes afirmam que não se sentem diferentes:

Ao contrário do que a maioria acredita, acredito que as diferenças físicas não me fazem uma pessoa diferente da cultura nacional,

me sinto tão brasileiro como qualquer outra pessoa por ter fundido em mim aspectos de várias culturas.

Para outros, no entanto, o aspecto físico é um fator que faz com que os descendentes de japoneses sejam vistos como estrangeiros.

Somente os descendentes de japoneses são vistos ainda como estrangeiros, talvez pelas características físicas bem diferentes de outros imigrantes.

Essa fala parece indicar certo ressentimento: permanecer sendo visto como diferente dos demais brasileiros. Sentimentos deste tipo parecem também estar presentes quando um entrevistado diz que existe um preconceito em relação a eles com relação aos padrões de beleza, nos quais não se enquadram: “quanto a padrões de beleza, por exemplo, (os japoneses) ainda sofrem certo tipo de preconceito”.

Embora essas falas pareçam denotar uma percepção de que são diferentes e que isto abrange vários aspectos da vida, os entrevistados enfatizam que os preconceitos em relação aos descendentes de japoneses ocorrem principalmente no âmbito escolar:

A idéia de empenho na melhoria de vida, as características tradicionais dos japoneses, principalmente relacionadas à educação e os bons resultados obtidos em exames nacionais (vestibulares) acarretam também a vinculação da inteligência à cultura japonesa.

No ensino é ainda mais diferente o tratamento. Os descendentes são chamados de CDFs, que só vivem para estudar e por isso sempre roubam as vagas nos vestibulares e concursos.

A fala deste entrevistado que “o preconceito das pessoas torna-se mais evidente em exames vestibulares, onde os japoneses são vistos como uma ameaça” nos remete as afirmações de Sobel (2000) de que a raiz mais primitiva do preconceito está na concorrência. Ou a de Goffman (1988) que afirma que a sociedade estabelece atributos que os membros de determinadas “categorias” devem apresentar, embora possam não corresponder à realidade.

Pelos depoimentos podemos perceber que esse estereótipo com relação aos japoneses está diretamente vinculado ao aspecto escolar. No caso dos descendentes de japoneses, o esperado é que sejam inteligentes, bons alunos, disciplinados e até mesmo extremamente estudiosos.

No entanto, cabe aqui lembrar as colocações de Miyao (1980) e Kawamura

(2003) de que os imigrantes japoneses não mediram esforços para proporcionar instrução a seus filhos, o que pode ter contribuído para reforçar uma imagem que associa aos alunos descendentes de japoneses a de “bom aluno”. Os próprios entrevistados dizem que as afirmações que os japoneses são bons alunos e estudiosos não é apenas uma questão de preconceito ou de estereótipos construídos sobre uma etnia, pois eles próprios reafirmam a importância que a educação escolar tem para a cultura japonesa:

Eu sei que existe esse tipo de pressão para ser o melhor, para cursar os melhores cursos. Algumas pessoas da minha família me questionam até hoje por causa do curso que escolhi (Geografia).

É interessante também notar que quase todos os entrevistados estão matriculados em cursos da área de exatas³. Esse fato não mais se justifica pela dificuldade com a língua como ocorria com os primeiros imigrantes, mas talvez pelo motivo levantado por um dos entrevistados que se relaciona ao *status* da profissão.

Assim parece-nos que a imagem construída sobre os japoneses e seus descendentes por outras etnias não pode ser atribuída somente a preconceitos. Os próprios descendentes de japoneses parecem valorizar e se identificar com aspectos profissionais e educacionais que correspondem à imagem atribuída a eles. Por um lado os descendentes de japoneses valorizam o fato de serem considerados bons estudantes e bons profissionais e por outro, principalmente no âmbito escolar, se sentem muitas vezes discriminados quando estas características lhe são atribuídas.

5.2 A percepção do japonês pelos estudantes universitários descendentes de outras etnias

Os dados levantados por meio da escala Likert apontam que os estudantes, de modo geral, parecem acreditar que a heterogeneidade na constituição das sociedades é positiva.

Observando as questões que abordam os temas racismo e preconceito de forma geral, ou seja, não relacionado aos japoneses, nota-se que a maioria dos estudantes concorda intensamente com a afirmação de que pessoas boas e ruins existem em todos os lugares do mundo, que em qualquer etnia podem

³ Dos entrevistados, 3 cursam Ciências da Computação, 1 Bacharelado em Física, 1Arquitetura e 1 Geografia.

existir diferentes tipos de indivíduos e que diferenças pessoais existem em todas as sociedades. Os estudantes concordam também com a afirmação que a mistura de raças é algo bom do povo brasileiro e que quanto maior mais rica pode ser a cultura dessa sociedade.

Embora contrário ao esperado, a maioria dos estudantes não concorda que todo japonês é esforçado e também não concorda que esses só vivam para estudar. Corroborando essas afirmações, os estudantes dizem que não concordam com a afirmação de que os japoneses “roubam” as vagas nas melhores faculdades do país. Ao contrário, para eles a afirmação de que os japoneses só servem para roubar as vagas na faculdade é ridícula de tal forma que dizem que se o indivíduo não passou no vestibular é porque não estudou o suficiente. Mesmo assim, os estudantes concordam com a afirmação de que os japoneses, em sua maioria, são estudiosos e disciplinados, ou seja, que em geral são bons alunos e apresentam bom comportamento.

Uma afirmação a respeito dos japoneses, que parece ser recorrente no senso comum é que os nipo-brasileiros não precisam fazer muitos esforços para serem bons alunos. Porém analisando os dados coletados isso não é consenso entre os estudantes que responderam o questionário. A maioria dos estudantes concorda que os japoneses carregam o estigma de serem inteligentes, mas eles próprios, conforme os dados coletados, parecem não acreditar que os estudantes descendentes de japoneses se considerem mais inteligentes que a maioria das pessoas.

A análise dos dados mostra ainda que os estudantes que responderam o questionário não têm certeza com relação ao fato dos japoneses e seus descendentes apresentarem mais facilidade nas matérias exatas do que a maioria das pessoas. No que tange a questão dos japoneses se considerarem uma raça superior os estudantes discordam dela, o que é coerente com a afirmação anterior.

Os estudantes quando questionados se concordam que os japoneses e/ou seus descendentes quando não são bons alunos “desapontam” a raça dizem, em sua maioria, que não têm certeza a esse respeito. Tendo em vista a não existência de um consenso entre os entrevistados, não podemos nem afirmar nem negar a existência de um estereótipo a esse respeito. No entanto, a maioria dos estudantes concorda que os japoneses ainda demonstram uma preocupação muito grande com a instrução/educação dos filhos.

Os dados indicam que, para a maioria dos estudantes, os japoneses são

exemplos de disciplina e perseverança e que passam uma imagem de pessoas ordeiras, trabalhadoras e cordiais. Essas imagens, como apontamos antes, já acompanhavam os primeiros imigrantes que buscavam afirmar uma percepção a seu respeito de ordeiros, orgulhosos, fortes, trabalhadores e cordiais, que era produto de sua auto-representação (ENNES, 2001). Mas com relação à representação que qualifica os japoneses como resignados, ponderados e pacientes, os estudantes afirmam não ter certeza a esse respeito, embora afirmem gostar do preceito de respeito e honra que os japoneses procuram passar.

Com relação à imagem de um japonês típico, a maioria dos estudantes não concorda que ela seja a de um sujeito desengonçado, com um sorriso inocente no rosto e uma fala cheia de sotaque. A partir dos dados coletados, podemos afirmar que os estudantes, em sua maioria, não concordam com a afirmação que os japoneses têm dificuldade de se relacionar com as pessoas, que são tímidos, “fechados”, e não acreditam que a eles falte criatividade. Os dados coletados mostram que ainda que os estudantes quando se deparam com um asiático e não sabem a que etnia pertence o qualificam de japonês, apesar dos mesmos não concordarem com a afirmação de que todos os japoneses são iguais.

Por fim, quando questionados a respeito Japão, a maioria dos universitários concorda que é impressionante o modo como o Japão ressurgiu praticamente do nada depois da Segunda Guerra e que um dos motivos que podem fazer deste país uma nação invejável é a sua economia que chega a empatar em alguns pontos com a dos EUA.

Todos esses dados começam a evidenciar uma imagem dos estudantes universitários sobre os japoneses e seus descendentes que demonstra ser crítica e ir além dos estereótipos.

6 Considerações finais

Muitas vezes na relação com o outro, com o diferente, nascem sentimentos de preconceito, racismo e discriminação. Não podemos negar as diferenças físicas entre os brasileiros de outras etnias e os descendentes de japoneses e essa diferença física não passa despercebida. O objeto deste estudo foi, assim, o de verificar, como isso ao se somar aos aspectos culturais, interfere nas relações pessoais e podem desencadear preconceitos.

Alguns descendentes de japoneses, conforme vimos nos depoimentos, parecem acreditar que essas diferenças físicas não os fazem pessoas diferentes. No entanto, isso não é unânime entre eles, pois outros afirmam que no Brasil são

vistos como japoneses e não como brasileiros. Na opinião de alguns entrevistados as diferenças físicas contribuem para a formação de preconceitos e, mesmo ressaltando que é de forma mínima, eles parecem sentir um tratamento diferenciado dispensado a eles por parte dos outros brasileiros. Também entre os universitários não descendentes de japoneses as características físicas são apontadas como aspectos que diferenciam os japoneses e seus descendentes de outros brasileiros. No entanto os japoneses e seus descendentes não são vistos pejorativamente como um sujeito desengonçado, com um sorriso inocente e o Japão, enquanto nação, é visto de forma positiva.

Porém, todos os entrevistados descendentes de japoneses quando questionados sobre os contextos em que sentiram maior discriminação, fizeram referência ao aspecto educacional. Em vários momentos eles reafirmam a importância que a educação escolar tem para a cultura japonesa e para eles próprios e como essa é significativa para a melhoria de vida. Eles parecem então acreditar que esse posicionamento perante a educação, que se soma aos bons resultados obtidos nos vestibulares, faz com que, muitas vezes, sejam vistos como mais inteligentes que os outros estudantes, o que pode desencadear preconceitos.

A maioria dos estudantes não descendentes de japoneses também concorda com a afirmação que os japoneses demonstram uma preocupação muito grande com a educação/instrução. Mesmo que, em grande parte, os universitários concordem que os japoneses são, em sua maioria, estudiosos, disciplinados e geralmente bons alunos e carregam o estigma de serem inteligentes eles, pelo menos aqueles que responderam ao questionário, procuram contrapor-se a isso afirmando que essa crença não se justifica. Também não concordam com a afirmação que os japoneses só vivem para estudar e não acreditam que os japoneses se considerem uma raça superior, nem tampouco que só vivem para roubar vagas em faculdades e concursos.

Tudo isso evidencia que parece predominar, tanto nas falas dos entrevistados como na dos outros estudantes, a imagem de que os japoneses e seus descendentes são estudiosos e disciplinados. Salientamos, no entanto, que essas imagens não nos parecem desprovidas de fundamentos. Na família de ascendência japonesa a instrução era considerada um patrimônio e a educação era vista como uma necessidade para que pudessem almejar uma ascensão social. E como vemos isso ainda se reflete nos dias de hoje.

Os estudantes universitários afirmam ainda que os japoneses são exemplos de disciplina e perseverança e que passam uma imagem de ordeiros, traba-

lhadores, cordiais e que são criativos. Eles em geral parecem acreditar que a heterogeneidade das sociedades é positiva e que diferenças pessoais existem em todas elas. Os dados analisados não permitem, assim, concluir que há preconceitos em relação aos japoneses e seus descendentes entre os estudantes que responderam à escala, entretanto as diferenças são identificadas por todos.

A indagação que se coloca é, então, por que os entrevistados descendentes de japoneses sentem certa discriminação e preconceitos em relação a eles e por que, embora neste estudo os estudantes universitários não descendentes de japoneses não se mostrem preconceituosos, na rede de relacionamentos denominada ORKUT são divulgadas visões diferentes. No Orkut nos deparamos com diversas “comunidades” que criticam os jovens descendentes de japoneses e chegando às vezes a beirar o preconceito. Nesse sentido há, entre outras, comunidades denominadas: “eu odeio o japonês do Objetivo”; “eu odeio japonês”; “japas nerds”; “comunidade pra quem não curte esse tipinho”; “o japonês da fuvest me irrita”.

Uma hipótese levantada por nos para explicar tal contra-senso é que talvez se esse estudo tivesse sido realizado com pré-universitários que se encontram em uma situação de competição por vagas em universidades ou em uma situação que implicasse em concorrência para ser admitido em um emprego, ou seja, se este estudo tivesse sido feito com pessoas que se encontram em situações de competitividade acirrada os dados coletados fossem diferentes. A raiz do preconceito e do racismo, como afirmou Sobel (2000) está na concorrência e é nessa situação que o diferente pode se tornar passível de preconceitos.

Enfim, o estudo não permite concluir sobre a existência de preconceitos em relação aos descendentes de japoneses mas evidencia que os japoneses e seus descendentes são percebidos como diferentes pelos próprios descendentes de japoneses e por seus colegas, o que aponta para a importância do aprofundamento da discussão da formação identitária dos imigrantes e seus descendentes na sociedade brasileira.

Referências

BUENO, J. G. S. A produção social da identidade do anormal. In: FREITAS, M. C. de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, p. 163-186, 2001.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: CATANI, A; NOGUEIRA, MA. (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

- CARNEIRO, M. L. T. **Preconceito racial: Portugal e Brasil Colônia**. 2ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- ENNES, M. A. **A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- EYSENCK, H. J. **Usos e Abusos da Psicologia**. 5ª. ed. São Paulo: IBRASA, 1978.
- FRANÇA, S. A. M. Diferença e preconceito: a efetividade da norma. In: AQUINO, J. G. (Org.) **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, p.203-215 1998.
- FERREIRA, R. H. **O fenômeno de kassegui como mobilidade espacial do trabalho: o caso de Itapetininga**. Instituto de Geociências e Ciências exatas, UNESP, Rio Claro, 1997. Dissertação de mestrado.
- GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GUIMARÃES, A S. A. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- HANDA, T. **O imigrante japonês: História de sua vida no Brasil**. São Paulo: Queroz, 1987.
- ITANI, A. Vivendo o preconceito em sala de aula. In: AQUINO, J. G. (Org.) **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, p. 119-134, 1998.
- JONES, J. M. **Racismo e Preconceito**. São Paulo: Edgard Blücher, 1973.
- KAWAMURA, L. K. **Para onde vão os brasileiros? Imigrantes brasileiros no Japão**. 2ª. ed. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 2003.
- LESSER, J. **A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- MEMMI, A. **O Racismo**. Lisboa: Caminho, 1993.
- MIYAO, S. Posicionamento social da população de origem japonesa. In: SAITO, H. (Org.). **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo, EDUSP, p. 91-99, 1980.
- MORAIS, F. **Corações Sujos: a história da Shindo Renmei**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- NINOMIYA, M. O centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 245 -250, dez./fev., 95/96.

REGO, T. C. R. Educação, cultura e desenvolvimento: o que pensam os professores sobre as diferenças individuais. In: AQUINO, J. G. (Org.) **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, p. 49-71, 1998.

SOBEL, H. I. A raiz da intolerância. In: PINSKY, J. (Org.) 12 faces do preconceito. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, p.87-92, 2000.

SUGIMOTO, L. Parece, mas não é. **Jornal da Unicamp**, Campinas /SP, p.11, 24 a 30 jun. 2002.

SUNG, J. M.; SILVA, J. C. **Conversando sobre ética e sociedade**. 7ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

WERNECK, V. R. **A ideologia na educação: um estudo sobre a interferência da ideologia no processo educativo**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

Enviado em mai./2007

Aprovado em set./2007

Patrícia Helena Britisqui Yabiku
Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP - *Campus* de Rio Claro
Rua 11, 101 - Residencial Florença
CEP: 13506-280 - Rio Claro/SP
E-mail: pattyby@bol.com.br

Leila Maria Ferreira Salles
Profa. Dra. da Universidade Estadual Paulista - UNESP - *Campus* de Rio Claro
Av. 24-A, 1515 - Bela Vista
CEP: 13506-900 - Rio Claro/SP
E-mail: leila@rc.unesp.br
